

Entrevista

com António Pinto Ribeiro



António Pinto Ribeiro é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Além das lides académicas tem estado ligado à programação em várias instituições culturais portuguesas, de onde se destaca a Culturgest e a Fundação Calouste Gulbenkian. Também é conhecido pelos seus ensaios sobre cultura, nos quais se incluem por vezes os museus. Num dos seus últimos textos publicados *Podemos Descolonizar os Museus?*, começa por escrever: «os museus ou são pós-coloniais ou não são nada», aguçando o apetite. Mas é sobretudo na qualidade de comissário-geral de “Passado e Presente – Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura 2017” e do movimento que gerou recentemente nos museus em torno da representação da escravatura que surgiu a ideia desta entrevista. Afinal, não é a escravatura um tópico que se situa na esfera do indizível nos museus?

Ana Carvalho (AC) – No âmbito da programação de “Passado e Presente – Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura 2017” 42 museus, arquivos e bibliotecas de Lisboa expõem mais de 200 objectos e documentos ligados à escravatura em vários locais, incluindo ainda a criação do *website* testemunhosdaescravatura.pt. Como é que surgiu a ideia desta iniciativa e o que o motivou?

António Pinto Ribeiro (APR) – No processo de pesquisa e de estudo que conduziu à programação começou por se fazer um levantamento das memórias e da presença afro-descendente e do que é tido como universo

latino-americano em Portugal. Quis-se assim atingir dois objectivos: não conceber um programa baseado numa mera importação de exposições, espectáculos e concertos e, ao mesmo tempo, contribuir para uma revisão das narrativas relativas a estas memórias em Portugal. Assim, e entre outros projectos como mapas toponímicos tendo origem nas Américas ou em África ou de origem afro-descendente, criou-se este circuito de exposições de escalas muito diversas a partir dos acervos dos museus, bibliotecas, escolas, associações e outras organizações culturais que a este projecto aderiram.

A expectativa ou as expectativas é que os habitantes de Lisboa e os seus visitantes se confrontem com um passado, revejam com a ajuda de historiadores, sociólogos e artistas o passado histórico, sendo neste caso um passado onde têm agora visibilidade os que em outros tempos foram os vencidos e os subalternos.

AC – No caso do Museu Nacional de Arqueologia há objectos ligados à escravatura que são expostos pela primeira vez (exposição *Um Museu. Tantas Coleções*). Por exemplo, duas coleiras de escravos do século XVIII, que se encontravam “perdidas” no museu, foram encontradas num processo iniciado no seguimento de um artigo no semanário *Expresso* que se referia à sua existência. O “achado” é oportuno e bem-vindo, mas parece haver aqui um lado casuístico. A representação da escravatura nos museus portugueses tem sido um assunto pouco explorado. Que explicação encontra para isso?

APR – A escravatura tem sido um assunto muito pouco explorado, é muitas vezes tratado, mesmo no espaço académico como um tabu, e se recentemente tem havido alguma nova produção histórica ou algum debate muito se deve a personalidades que num percurso muito solitário

vão tentando fazer trabalho científico de pesquisa e produzindo algumas obras. Recordo a este propósito os trabalhos dos professores Francisco Bettencourt, que convidámos (na sequência da publicação da sua obra sobre o racismo) a realizar a exposição *Racismo e Cidadania* (Padrão dos Descobrimentos), e Miguel Bandeira Júnior que tem produzido importante reflexão sobre o tema. E ainda os trabalhos de Isabel Castro Henriques sobre estudos africanos e escravatura. Curiosamente são autores que circulam muito nas redes académicas internacionais.

Creio que parte deste desconhecimento sobre o tema se deve ainda a um branqueamento segundo o qual o colonialismo português seria brando, e a lusofonia, uma das formas mais cínicas de colonialismo ainda impera no espaço académico e na comunicação social.

AC – Entre o repto lançado aos museus para representar a escravatura e a sua concretização através de várias exposições, que balanço pode ser feito em termos de objectivos e de expectativas?

APR – A resposta foi positiva havendo necessariamente uma enorme diversidade de investimento quer pessoal, quer de meios, quer ainda de comunicação. Há excelentes exemplos e creio que até ao final deste ano ainda se poderá assistir a projectos muito interessantes.

A forma como o projecto foi delineado – que é a constituição de roteiros que podem ser utilizados e percorridos conforme os interesses iniciais dos visitantes – permite uma acumulação de conhecimentos e de reflexão crítica que, espero, continue para lá do ano da Capital.

AC – Apesar da importância de colocar em evidência a escravatura no âmbito da programação de “Lisboa Capital Ibero-ame-

ricana da Cultura 2017”, o seu impacto tem um registo de curto e médio prazo. Como poderia esta questão ser perspectivada a longo prazo nos museus? De que maneira esta programação poderia ter continuidade?

APR – Eu tenho a expectativa que esta experiência tenha iniciado um debate mais continuado, que os museus possam dedicar ao tema e aos subtemas que dele decorrem outras exposições, que as escolas que visitem as exposições levem para as suas turmas este debate, que os objectos expostos sirvam de “prova” para uma consciencialização da responsabilidade que Portugal teve no tráfico dos escravos, que se entenda que a Europa das Luzes se fundou a partir dos recursos obtidos pelo trabalho da escravatura e que, finalmente, a memória dos escravos, muitos dos quais têm nome e imagem possa ser resgatada.

AC – Disse na comunicação social que «A escravatura existe ainda hoje e é um problema grave. O racismo também é um problema daí derivado e são necessárias formas de o entender e combater». No caso dos museus a responsabilidade poderá ser não só a reinterpretação do passado, mas também trazer estas questões para o presente nas suas formas e repercussões contemporâneas. Na sua opinião, esta é também a função dos museus?

APR – Sim, é uma função prioritária dos museus na medida em que os museus são instrumentos de produção de conhecimentos verdadeiros embora necessariamente de natureza epocal. Os verdadeiros museus são os lugares onde o passado é permanente actualizado. A não ser assim, seriam apenas caixões.

AC – São vários os museus e profissionais que reivindicam o argumento de que se devem manter neutrais em relação ao presente. Na sua opinião, quais são os riscos desta pretensa neutralidade?

APR – Não há Ciência nem História neutra. A Ciência e a História implicam sempre escolhas, são determinadas por políticas de educação, de investigação e editoriais, que conduzem ou pelo menos intervêm nos processos e nos tempos de investigação e de construção das narrativas. Toda a narrativa histórica olha os factos e interpreta-os a partir de um ponto de vista, o ponto de vista do animal político como o disse há muito Aristóteles. Tenho para mim que os que mais negam a neutralidade na História são habitualmente os que desejam que o seu ponto de vista seja o predominante, com vocação hegemónica, portanto.

AC – Da sua experiência, que museus o têm inspirado no sentido de abordarem a escravatura ou outros tópicos difíceis, contestados ou dolorosos da História de forma desassombrada e proactiva?

APR – Creio que o Museu da Escravatura na Cidade do Cabo (África do Sul) é um excelente exemplo, mas penso que os museus da memória com uma projecção mais interventiva correspondem ao que seria neste momento o perfil mais adequado para expor as memórias da escravatura e do seu fim.